

## Eleição da nova diretoria da Fenajufe é questionada na Justiça

Leia na página 2

Fotos Rosane Vargas



Regras aprovadas pelo plenário foram mudadas depois de contados os votos. Delegados das chapas 2 e 3 saíram em protesto, deixando metade do auditório vazio

## Discussão sobre carreira e saúde são pontos altos do 6º Congrejufe

O 6º Congrejufe, que aconteceu de 28/3 a 1º/4, em Gramado, foi o maior congresso da história da categoria. Foram credenciados 428 delegados e 43 observadores de 19 estados. A abertura do evento contou com a presença do presidente da CUT/RS, Celso Woyciechowski; do coordenador do Sindicato Nacional dos Servidores das Escolas Técnicas Federais, Dorval Schimidt; do representante da Federação dos Judiciários Argentinos, Julio Bertomeu; do representante da Associação dos Funcionários do Judiciário do Uruguai, Dagoberto Pereyra; e do presidente da Amatra 4, Ary Marimon

O médico do trabalho Rogério Dornelles, assessor de saúde

do Sintrajufe/RS, fez uma palestra sobre a pesquisa realizada pelo sindicato em 2002. Dornelles procurou caracterizar saúde não simplesmente como ausência de doença, mas como “um processo dinâmico que inscreve no corpo, na pessoa, as marcas do trabalho, as condições de vida, prazer e sofrimento”. Outro debate de grande importância para a categoria foi sobre plano de carreira. Para falar sobre o assunto, foram convidados o mestre em Administração e especialista em política pública e gestão governamental Luiz Alberto dos Santos e o secretário municipal de Gestão Pública de Várzea Paulista (SP) e ex-diretor da Fasubra, Carlos Maldonado. *Leia na página 3*

### Assembléia geral plebiscitária dias 18 e 19/4

Não esqueça! Dias 18 e 19/4 será realizada assembléia geral plebiscitária para alteração do artigo 67 do estatuto do Sintrajufe. De acordo com as normas atuais, o número necessário para qualquer alteração estatutária é de 1/3 dos sindicalizados (atualmente em torno de 1,5 mil sindicalizados), o qual terá de ser atingido na votação dos dias 18 e 19/4. Por isso, sua participação é fundamental. Serão enviadas urnas e material de votação aos locais de trabalho no interior.

Horário das bancas de votação em Porto Alegre:

TRT das 10h às 19h; VTs das 10h às 19h; JF das 10h às 19h; TRF das 10h às 19h; TRE Duque das 12h às 19h e TRE Anexo das 12h às 19h.

### Assembléia geral 25/4 - quarta-feira 19h30min - na sede

Pauta:

Escolha da Comissão Eleitoral que coordenará a eleição da diretoria do Sindicato que ocorre em junho

Congrejufe

# Mudança nas regras depois da apuração dos votos leva eleição da Fenajufe para a Justiça

Fotos Rosane Vargas

A eleição para a nova diretoria da Fenajufe, na noite de 31/3, marcou negativamente o 6º Congrejufe, que se realizou em Gramado de 28/3 a 1º/4. Na apuração, foram totalizados 413 votos válidos, sete votos nulos e cinco abstenções. A chapa 1 conquistou 240 votos; a chapa 2, 115; e a chapa 3, 58 votos. Com isso, a chapa 1 elegeria 8 diretores e 5 suplentes; a chapa 2, 6 diretores e 3 suplentes; e a chapa 3, 3 diretores titulares.

Na madrugada de domingo, depois de já divulgados os resultados pela Comissão Eleitoral, o membro da Comissão, representante da chapa 1, Marcelo Carlini, do RS, apresentou um recurso visando à mudança das regras de proporcionalidade na distribuição dos cargos na diretoria. Com isso, essa chapa, que obteve a maioria dos votos, aumentou sua participação na diretoria e retirou das concorrentes dois cargos de diretores titulares.

A proposição gerou protestos das duas outras chapas. Durante quase duas horas, vários delegados fizeram intervenções com o objetivo de que fossem cumpridas as regras. O

estatuto da Federação estabelece que a proporcionalidade tem que ser feita contando 23 membros da direção e não 17, como propôs a chapa 1. Por sua vez, o Regimento Eleitoral, aprovado pelos delegados do Congrejufe, é claro quanto ao critério de proporcionalidade, que deve ser calculada tomando como base a totalidade dos diretores.

## Sub judice

A Comissão Eleitoral enviou o recurso para a análise dos delegados na manhã de 1º/4 e a chapa 1, por possuir a maioria em plenário, conseguiu votar e aprovar a mudança. Em protesto, os delegados das chapas 2 e 3 saíram, deixando metade do auditório vazio. O Rio Grande do Sul tinha representantes nas três chapas.

Defendendo a manutenção da decisão da Comissão Eleitoral e o reconhecimento dos votos obtidos no processo de votação, a chapa 3 recorreu à Justiça. Ainda na manhã de domingo, foi concedida liminar na ação movida pelos representantes da chapa 3, a qual tem por objetivo que se cumpra o Regimento Eleitoral do congresso, mantendo-se os cálculos de proporcionalidade definidos antes da eleição



Comissão Eleitoral começou a apuração à 0h37min de 1º/4

ção pelo plenário. O representante da Comissão Eleitoral, Marcelo Carlini, foi intimado da liminar concedida à chapa 3, pela Justiça do Trabalho, ainda no Hotel Serrano, no início da tarde de 1º/4. O RS tinha representantes nas três chapas. Pela chapa 1, o colega Ramiro López; pela 2, os cole-

gas Fagner Azevedo e Cristiano Moreira; e, pela chapa 3, os diretores Mara Weber, Zé Oliveira, Cláudio Azevedo, Clarice Camargo, Gleni Sitoni, Sérgio Amorim, Silvana Klein e Cristina Lemos, os diretores de base Marília Caletti e Alexandre Junqueira e a colega Ana Naiara Malavolta.

## Tecnologia dispensada

A pedido da Fenajufe, o Sintrajufe entrou em contato com o TRE para o empréstimo de urnas eletrônicas. Os colegas do cartório eleitoral de Gramado e da área de Informática do tribunal foram ágeis e, além de providenciar os equipamentos, criaram um programa especialmente para a ocasião. No entanto, a maioria do plenário votou por antecipar a eleição de 1º/4 para 31/3, sem levar em conta que isso inviabilizaria o uso das urnas eletrônicas, que já estavam com a data programada. Os colegas de Gramado prontamente providenciaram novas urnas, desta vez as tradicionais, de Iona. A demora na votação gerou reclamações e vaias nas longas filas.

## Representantes das chapas avaliam o processo

### Chapa 1

Acho que o processo eleitoral da Fenajufe cristalizou o amplo apoio da categoria em todo o Brasil a uma forma de conduzir nossas reivindicações para construir vitórias como a recente conquista do PCS. Foram delegações de 19 estados, legitimamente constituídas e no fórum máximo da categoria que garantiram 58% dos cargos à chapa 1 - Unidade para conquistar, vencedora do pleito. Nosso desafio agora é elaborar e aprovar um bom Plano de Carreira.

Ramiro López, coordenador-geral da Fenajufe

### Chapa 2

Congresso marca surgimento de luta para a Fenajufe. O 6º Congrejufe, maculado pela desorganização e total ausência de debate político, marca, também, a consolidação de um movimento de luta, autônomo e independente, visando resgatar o caráter combativo da Fenajufe para lutar contra os ataques do governo Lula: o coletivo LutaFenajufe, chapa segunda colocada nas eleições para a direção da Federação. De outra banda, lamentável a atitude da chapa 1 - ligada a parte da direção do Sintrajufe -, que, em uma manobra golpista, alterou o regimento eleitoral após a apuração dos votos, de olho em mais cargos na entidade, demonstrando seu autoritarismo e descaso com os rumos da Fenajufe, postura que deve ser repudiada pela categoria!

Cristiano Moreira, 2ª VT de Canoas e membro do Coletivo Luta Fenajufe/RS

### Chapa 3

O Congrejufe poderia ter acabado com a aprovação de um plano de lutas e a eleição da nova diretoria com lisura e ética. No entanto, o plano de lutas foi adiado para uma reunião da executiva da Federação. E a eleição sofreu golpe da chapa 1, que encaminhou recurso por meio de Marcelo Carlini, da Comissão Eleitoral. A discussão do critério de proporcionalidade já estava superada na comissão e aprovado pelo plenário. A chapa 1, ao não obter os votos esperados, virou a mesa por ter maioria no plenário. A chapa 3 encaminhou ação judicial como forma derradeira de reagir a essa atitude vergonhosa. Exigimos o cumprimento imediato da liminar, com a posse dos nossos três companheiros que terão titularidade na direção, conforme determinou a eleição.

Zé Oliveira, do TRF e diretor do Sintrajufe

Congrejufe

# Discussão sobre carreira é o próximo desafio

Para falar sobre carreira, dia 30/3, no Congrejufe, foram convidados o mestre em Administração e especialista em política pública e gestão governamental Luiz Alberto dos Santos e o secretário municipal de Gestão Pública de Várzea Paulista (SP) e ex-dirigente da Fasubra, Carlos Maldonado. Citando o cientista social Max Weber, Santos falou sobre a necessidade da existência de um quadro administrativo "que permita, no âmbito do Estado, atuar no domínio das leis, não das vontades".

No Brasil, data de 1939 o primeiro estatuto dos servidores. Com a Constituição de 1988, surgiram vários modelos de carreira, o que gerou uma imprecisão conceitual, com carreiras por áreas, especialidades. A Constituição, segundo Santos, criou um processo rico no aspecto jurídico, pois passou-se a ter um parâmetro: o que é ou não compatível com a Carta Maior.

## Remuneração

"Não há plano de carreira

sem plano de remuneração equivalente", afirma Luiz Alberto Santos. O artigo 39 da Constituição, em seu parágrafo 1º, fixa os padrões de vencimento e o 5º assegura a igualdade, critério de isonomia na estruturação da carreira.

Especificamente sobre o PCS, Santos disse que a lei

2008, o adicional de qualificação, a GAE e a GAS.

## Paradigma

"Carreira é meio, não fim; é um instrumento de gestão pessoal", afirmou Carlos Maldonado. Segundo ele, o debate sobre carreira é também uma discussão sobre o Estado. Na opinião de Maldonado, discutir carreira hoje é importante porque vivemos um ambiente em que se discute a transição de inversão da agenda, passando para uma visão de Estado como solução, não como problema. Para ele, o paradigma que deve organizar a estrutura estatal é o usuário do serviço público e suas necessidades. "A centralização de poder deve ser substituída pela descentralização", afirma.

As vantagens apontadas por Maldonado na construção de um modelo de carreira que trabalhe com essa lógica seriam um novo ambiente político, que leve em conta o usuário e suas necessidades, descentralização de poder, planejamento participante, controle público social das a-

ções e valorização do servidor.

## Avaliação e ascensão

Quando o debate foi aberto ao público, Maldonado explicou que a vantagem de trazer o usuário para o processo é que ele passa a conhecer melhor o funcionamento do Estado. "O controle social não gera inimigos do servidor, pelo contrário", afirmou.

O diretor do Sintrajufe e delegado Zé Oliveira fez uma intervenção sobre ascensão funcional. Para ele, o tema é central no debate sobre carreira. Segundo o dirigente, é preciso garantir que as pessoas tenham garantidos sua valorização e desenvolvimento. "É preciso também fazer a discussão da estrutura perversa das FCs no Judiciário Federal e garantir a democratização dos locais de trabalho", concluiu.

Na opinião dos palestrantes, esses temas precisam ser amadurecidos. Segundo Luiz Alberto Santos, não há no país uma categoria com uma carreira modelo. Na opinião dele, há uma "contaminação" carreira e vencimento que precisa ser resolvida.

Fotos Rosane Vargas



Para Maldonado (em pé) e Santos, o debate será longo

11.416 é resultado de árduo processo, com o qual implementou-se um aumento efetivo na remuneração dos servidores do Judiciário Federal. Ele apontou como avanços a nova tabela, a GAJ de 50% a partir de

## Médico do trabalho do Sintrajufe faz palestra no Congrejufe

O médico do trabalho Rogério Dornelles, assessor de saúde do Sintrajufe, fez uma palestra no dia 29/3, no Congrejufe, sobre a pesquisa realizada pelo sindicato em 2002. O objetivo da pesquisa era conhecer melhor a relação entre saúde-trabalho-adoecimento no Judiciário Federal da 4ª Região. No total, 2.222 servidores responderam, 57% mulheres e 43% homens, a maioria com idade abaixo de 45 anos e mais de dez anos no Judiciário, 63% com curso superior completo. Dos pesquisados, 55% fazem alguma atividade física, 91,4% trabalham apenas no Judiciário.

Entre 1998 e 2002, os servidores observaram um aumento da jornada (65%) e do volume de trabalho (75%). Do universo pesquisado, 50% disseram que receberam algum tipo de treinamento e, desses, 60,8% foram treinados pelos próprios colegas. Foi constatado que há monotonia nas tarefas realizadas, trabalho repetitivo, posição estática na realização das tarefas, posturas desconfortáveis no local de trabalho e precárias condições para os portadores de deficiência.

Mais de 50% usam medicação, com ou sem prescrição médica. As doenças mais diagnosticadas (43%) são as osteomusculares, índice considerado muito alto pelo médico do trabalho. O aumento da procura por ajuda médica se deu justamente quando aumentou a jornada na Justiça do Trabalho,

em 1998. Foi então confirmada a suspeita do sindicato de que há na categoria muitos servidores sofrendo de doenças provocadas pelo trabalho. Dornelles diz que, a partir da pesquisa, foram feitas as seguintes constatações: há LER/Dort no Judiciário; quanto maior a jornada, maior o número de doentes; faltam projetos das administrações dos tribunais para valorização dos servidores.

"Você se sente respeitado pelo seu chefe?" A resposta a essa pergunta teria que ser sempre sim, afirma o médico do trabalho, mas responderam positivamente 58,1% das pessoas. Ou seja, é gravíssima a constatação de que mais de 40% dos entrevistados, em algum momento, mais ou menos vezes, se sentem desrespeitados por suas chefias.

Dornelles disse que predomina nas administrações dos tribunais a tendência a negar o nexo entre adoecimento e trabalho. Essa descaracterização da relação entre atividades profissionais e as condições em que são realizadas impede a modificação dos agentes causadores das doenças. No entanto, a pesquisa já trouxe bons resultados. Na JT, foi reduzida a carga horária, depois da demonstração da relação entre jornada e doença e muita pressão da categoria em uma forte campanha do Sintrajufe. O TRT formou, também, uma comissão paritária com o sindicato que trabalha questões de saúde e ergonomia. No segundo semestre deste ano, o Sintrajufe aprofundará o trabalho sobre assédio moral na categoria.



Dornelles apresentou

Direito de greve

## Delegados do Congrejufe aprovam resolução

A regulamentação do direito de greve dos servidores públicos federais, questão que vem sendo pautada em pronunciamentos de representantes do governo, também foi um dos pontos altos do 6º Congrejufe. Após vários debates, foi acertado um consenso e aprovada uma proposta de resolução unificada sobre o direito de greve dos servidores. Uma vez que o debate apontou que há uma insatisfação da categoria quanto à proposta encaminhada pelo governo, foi aprovado, por ampla maioria, resolução que “rejeita a participação em toda e qualquer tentativa do governo de ‘negociar’ restrições ou proibições ao exercício do direito de greve”. O texto diz ainda que o “direito irrestrito de greve, conquistado através da luta, é parte inseparável da democracia. Quem deve regulamentar as greves, em todos os setores, são os próprios trabalhadores e suas organizações sindicais, como sempre fizeram”.

Rosane Vargas



Plenário rejeitou “negociações” que restrinjam direitos

## CUT lança nota pública sobre regulamentação

*Para reforçar o posicionamento das entidades sindicais cutistas, a diretoria da CUT nacional divulgou, dia 5/3, nota pública a respeito da proposta do governo federal de regulamentar o direito de greve no serviço público. A Central reforça que “abuso, no*

*entendimento da CUT, é a insistência de autoridades nos três níveis de governo em não abrir negociações com os trabalhadores públicos – algo bastante freqüente – e, quando há processo negocial, em não cumprir acordos dele derivados”. Abaixo, a íntegra.*

### Sem negociação coletiva não é possível debater regulamentação

A greve é um direito constitucional e normalmente é o último recurso dos trabalhadores, a que se recorre quando as possibilidades de negociação estão esgotadas. No setor público, onde não existe a garantia de negociação coletiva, ocorre o inverso: muitas vezes a greve é a única possibilidade de forçar as autoridades a abrir um processo de diálogo, a marcar uma simples audiência. Portanto, o conceito de abuso, no contexto de um movimento grevista, merece ser mais bem analisado. Abuso, no entendimento da CUT, é a insistência de autoridades nos três níveis de governo em não abrir negociações com os trabalhadores públicos – algo bastante freqüente – e, quando há processo negocial, em não cumprir acordos dele derivados.

Não é possível debater o tema greve sem considerar que qualquer sistema democrático de relações de trabalho é baseado em três pilares: organização sindical, negociação coletiva e solução de conflitos. No setor público brasileiro, atualmente só existe um desses pilares, que é o direito de organização sindical. E mesmo assim, esse direito é alvo de abusos por parte dos

governantes, como a não-liberação de dirigentes sindicais para o exercício de suas atividades e a retenção das mensalidades dos sindicalizados para suas entidades representativas.

Debater regulamentação de greve sem estabelecer e regulamentar o direito à negociação coletiva é inviável. Para o setor público do país avançar rumo a um sistema de negociação, a CUT defende a ratificação da Convenção 151 da OIT. A partir da ratificação, avançaríamos também para um sistema de solução de conflitos, a exemplo do que existe no setor privado, que garantiria formalmente regras coerentes com a essencialidade de alguns serviços públicos.

A CUT quer debater essa questão em profundidade e para além dos aspectos corporativos. Tanto que já apresentamos ao Ministério do Planejamento uma proposta que queremos tornar pública: defendemos a criação de um Sistema Permanente de Negociação Coletiva do Setor Público que inclua a participação de representantes dos usuários, como forma de avaliar e aperfeiçoar os serviços públicos e valorizar os servidores.

Nossos direitos

## Trabalhadores fazem manifestações contra Emenda 3

No dia 10/4, em várias cidades do país, os trabalhadores foram às ruas contra a Emenda 3, que prevê que o auditor fiscal perca o poder de definir se há relação de trabalho entre uma pessoa física e empresa. Pela proposta, somente a Justiça poderá estabelecer essa relação.

O presidente Lula vetou a emenda, mas há uma forte pressão, principalmente de empresários, para derrubar o veto. Se isso acontecer, pode significar o fim de direitos trabalhistas como 13º salário, FGTS, licença maternidade e férias.

Em Porto Alegre, a CUT liderou uma caminhada de centenas de trabalhadores. O presidente da Central, Celso Woyciechowski, afirmou que o país não pode se dobrar aos interesses do capitalismo e à agressão desenfreada aos direitos dos trabalhadores. Ele alertou que o interesse dos patrões é realizar as reformas sindicais, trabalhistas e previdenciárias, as quais estão contidas em três linhas da Emenda 3. Para o líder cutista, a CUT não vai admitir que a contratação de trabalhadores seja feita por nota fiscal. “Não

somos um bloco de notas fiscais; se os patrões têm o poder das verbas, nós temos o poder das lutas e das mobilizações. Essa emenda não vai passar”, completou.

Na manifestação, a CUT protocolou um documento na Delegacia Regional do Trabalho, no qual coloca a posição da Central em relação à Emenda 3 e reivindica a realização de concursos públicos para a contratação de fiscais e uma melhor qualificação e valorização dos serviços e dos servidores públicos.

CUT/RS / Divulgação



Ato reuniu centenas na Capital

NAS

## Encontro do NAS debate segurança judiciária

"Alcançamos nossos principais objetivos, que são manter a discussão sobre a segurança judiciária aberta, ampliando o debate a fim de encontrarmos as melhores soluções para os problemas do segmento." Essa foi a avaliação de Sergio Amorim, um dos coordenadores do Núcleo dos Agentes de Segurança (NAS) do Sintrajufe, ao final do II Encontro Estadual dos Agentes de Segurança do Judiciário Federal do RS, ocorrido dia 27/3.

Participaram do encontro quase 70 agentes. A realidade e as perspectivas da segurança judiciária foram debatidas com os representantes da segurança judiciária do TRT, João Luiz Peixoto da Silva, e da Seção Judiciária do RF (JF), Gustavo Xavier Falceta. Ambos fizeram uma avaliação positiva da realidade da se-

Marcelo Antunes



Encontro debateu a realidade e as perspectivas da segurança judiciária

e dos avanços em termos de profissionalização do setor. Os painelistas atribuíram a conscientização das administrações para as prioridades do setor à organização dos agentes de segurança e da categoria como um todo,

com a demonstração clara das dificuldades e a exigência de melhores condições de trabalho.

O seminário *Segurança orgânica e polícia judicial* contou com a participação no plenário de colegas de vários órgãos do Judiciário Federal

vindos de diferentes estados. Após apresentação feita pela agente de segurança Fátima Arantes do modelo de segurança orgânica do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, os agentes do TRT do Paraná e do TRF de São Paulo, Jocemar Silva e Darney Bessa, respectivamente, além do diretor da Fenajufe Cláudio Azevedo, apresentaram modelos de estruturação, administrativa e legal, tanto de segurança orgânica quanto da futura polícia judicial.

### Eleição

No encontro, foi eleita a nova coordenação do NAS. Foram reconduzidos ao cargo, juntamente com o colega Carlos Elberto Arruda, da JF, os coordenadores da atual gestão Nelbo Rocha, Barlese Santo, Denílson Patrício e Sergio Amorim.

Funcionalismo Federal

## CUT reivindica retirada do limitador de gastos com funcionalismo do PAC

O presidente da CUT, Artur Henrique, dirigentes da Central e de entidades filiadas que representam trabalhadores públicos federais estiveram reunidos dia 27/2 com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. As lideranças reivindicaram ao governo a retirada do limitador de gastos com a folha do funcionalismo (PLP 01/07) do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A audiência acontece no gabinete do ministro.

A Central alertou que o simples crescimento vegetativo da folha de pagamento poderá corresponder ao limite proposto. Isso será um obstáculo para as negociações dos trabalhadores públicos em torno de reajustes futuros, o que contraria o princípio da CUT e das entidades do funcionalismo público. Além disso, segundo avaliação da diretoria da Central, a medida pretendida pelo governo federal se transfor-



maria em exemplo para os governos estaduais e municipais. Outra reivindicação da entidade é que o assunto seja remetido para a Mesa Nacional de Negociação Permanente.

"A CUT entende também que o limite de gastos contraria um dos princípios positivos do PAC, que é o de recolocar o Estado no papel de indutor do desenvolvimento. Para tanto, é necessária a reconstrução do serviço público e investimento em contratação de trabalhadores por concurso", afirmou Artur Henrique. Também participaram da audiência com o ministro Paulo

Bernardo os coordenadores da Fenajufe Cláudio Azevedo (também do Sintrajufe) e Roberto Policarpo.

No próximo dia 17/4, a CUT estará presente na série de audiências públicas da comissão especial criada pela Câmara dos Deputados para analisar o projeto de lei complementar PLP 01/2007.

## Assembléia geral

5/5 - sábado - na sede - horário a confirmar

Pauta:

Regulamentação da proporcionalidade

## Sintrajufe esteve presente em atividades culturais do 6º Congrejufe

Ao ler um livro de entrevistas com Mario Quintana, a atriz e diretora Deborah Finnochiaro se depa-rou com uma nova imagem do poeta gaúcho. O novo Mario era político, crítico e contundente. As entrevistas foram a base para Deborah elaborar o espetáculo *Sobre anjos e grilos*, que estreou em 2006, ano do centenário de nascimento do poeta. A peça foi a atração da noite do dia 29/3 no 6º Congrejufe. O espetáculo, que utiliza recursos cênicos multimídia, como vídeos e gravações sonoras, é "uma ode à vida e à morte, uma tão importante quanto a outra", afirma Deborah, que desenvolveu uma parceria com o Sintrajufe/RS, cujo apoio em vários projetos teve como contrapartida ingres-  
sos e a apresentação de espetáculos fechados para a categoria.

Na mesma noite, os servidores Ari Heck e Elias Medeiros Vieira, ambos da JT do RS, realizaram sessão de autógrafos de seus livros. *Pé na estrada*, de Heck ([www.ariheck.com](http://www.ariheck.com)), que também autografou seus outros três livros durante as atividades culturais do congresso, é voltado para o público infantil e conta a aventura de quatro amigos, um deles portador de deficiência, que fazem uma viagem de bicicleta. Por-

Rosane Vargas



Curtas-metragens gaúchos tiveram sessões ao meio-dia

Daniel Borges / Especial



Fotos da greve, do calendário e do grupo 35mm foram expostas

Luiza Azevedo. Entre os filmes, *Deus ex-machina*, *Aulas muito particulares*, *Ilha das Flores*, *O dia em que Dorival encarou a guarda*, *Dona Cristina perdeu a memória* e *Dia de visita*.

O Sintrajufe ainda realizou uma exposição de fotos do atual trabalho do Grupo de Fotografia 35 mm com os moradores da Ilha Grande dos Marinheiros. As fotos compo-rem o livro *Vida palafita*, que será lançado em breve. O sindicato também expôs fotos da última greve pelo PCS, em 2006, e as fotos do calendário de 2007.

tador de deficiência, Ari é militante dos direitos das PPDs e recebeu, em 2006, menção honrosa no Prêmio de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (USP).

Elias Medeiros, juntamente com Romério Kunrath, organizou o livro *Trabalho e cidadania no Brasil*, obra composta por artigos que têm por base dissertações de mestrado. Entre os autores, estão os também servidores Walter Oliveira, do TRT-4, e João Hélio, da JF gaúcha. A obra teve apoio para edição da Fenajufe.

Nos horários de intervalo para o almoço no congresso, foram exibidos curtas-metragens dos diretores gaúchos Carlos Gerbase, Jorge Furtado e Ana

## Agenda

ASSEMBLÉIA GERAL PLEBISCITÁRIA 18 e 19/4 – Para alteração do artigo 67 do estatuto do Sintrajufe 23/4 – Apuração, às 18h, na sede.

ASSEMBLÉIA GERAL 25/4 – Na sede, às 19h30min. Pauta: Escolha da comissão eleitoral para a eleição da diretoria.

ACIDENTES DE TRABALHO 27/4 – Atividades no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre, em alusão ao Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

APOSENTADOS 19/4 – Reunião do NAF, às 15h30min, na sede.

ASSEMBLÉIA GERAL 5/5 – Na sede, em horário a confirmar. Pauta: Regulamentação da proporcionalidade.

ASSÉDIO MORAL 10 e 11/5 – Seminário sobre assédio moral, organizado pelo TRT com apoio do Sintrajufe. Local e horários a definir.

### Reserva de ingressos começa dia 2/5

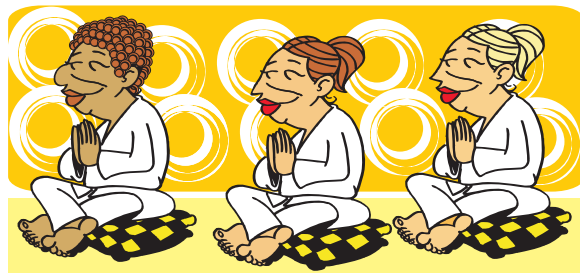
Em maio, as reservas para a compra de ingressos de cinema poderão ser feitas entre os dias 2 e 4/5. A entrega está programada para os dias 23, 24 e 25/5, das 10h às 13h e das 14h às 18h. Os ingressos de podem ser utilizados em todas as sessões, qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

Os preços de venda para os sindicalizados são os seguintes: R\$ 6,50 (Arteplex e Cinesystem), R\$ 7,00 (GNC e Guion) e R\$ 9,00 (Cinemark). O telefone para reserva é (51) 3235-1977.

## Há vagas para aposentados em oficina de yoga

O Sintrajufe realiza uma oficina de yoga, originada no Núcleo de Aposentados Federais (NAF), com exercícios específicos para esse setor da categoria. A oficina acontece nas terças e nas quintas, das 17h15min às 18h30min, na sede do sindicato, desde o dia 27/3. Ainda restam sete vagas para aposentados. Os interessados podem entrar em contato pelo fone 3235-1977, com Fabrine, na Secretaria de Formação, Cultura e Lazer, para solicitar informações e reservar vaga.

A efetivação da inscrição somente vai se dar mediante o pagamento da taxa semestral de R\$ 20,00 para sindicalizados e de R\$ 50,00 para não-sindicalizados, até o dia 27 de abril. As vagas são limitadas.



Sintrajufe RS

Boletim Quinzenal do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS • Filiado à CUT e à Fenajufe

• Coordenadora da Secretaria de Comunicação: Cristina Lemos • Edição e Diagramação: Rosane Vargas • Redação: Marcelo Antunes e Rosane Vargas

• Ilustrações: Leandro Dóro • Distribuição: Daniel Borges • Impressão: Comunicação Impressa • Tiragem: 5 mil exemplares

Sintrajufe RS: Rua Marcílio Dias, 660 - Menino Deus - Porto Alegre/RS - CEP 90130-000 - Fone/Fax: 51 3235-1977 - e-mail: [imprensa@sintrajufe.org.br](mailto:imprensa@sintrajufe.org.br) - site: [www.sintrajufe.org.br](http://www.sintrajufe.org.br)